

**A Questão Ambiental e a Diversidade da Produção Camponesa Haliêutica em
Áreas de Floresta Tropical. (Jacundá, Pará, Brasil)**

Reinaldo Corrêa Costa
Depto. de Geografia - USP
São Paulo – SP, Brasil
(11) 98356848
rcorreacosta@yahoo.com.br

O princípio de preservar áreas florestais é muito comum para os moradores das Ilhas do Maternal, localizada no município de Jacundá, no estado do Pará, na Amazônia oriental brasileira. Essa área é marcada pela ação de vultosas obras públicas das décadas de 70 e 80 do século passado. A localidade em questão – Ilhas do Maternal – está no lago artificial de Tucuruí, que foi construído para a produção de energia hidroelétrica da usina homônima do lago. A formação do modo de vida camponês, nesta área lacustre artificial, fez com que aqueles que para lá se dirigiram em busca de condições melhores de vida, e geralmente oriundos de outras realidades sociais, econômicas e morfoclimáticas, diferentes da Amazônia, produzissem formas peculiares de trabalho com a terra e com o lago, até mesmo porque as ilhas foram formadas pelos pontos mais altos do relevo que não foram submersos com a subida do nível da água. Quanto a proteção ao meio ambiente a maior parte dos moradores das ilhas são a favor, pois entendem que o que é chamado de meio ambiente, é a fonte de sobrevivência para aqueles que têm o seu modo de vida fundamentado na relação entre um tipo de campesinato haliêutico em áreas florestais insulares com lago artificial, em outras palavras é uma fração do espaço total da relação entre a sociedade e a natureza.

Para Apresentação Oral, no tópico: El Ordenamiento ecológico y el ordenamiento territorial.

**A Questão Ambiental e a Diversidade da Produção Camponesa Haliêutica em
Áreas de Floresta Tropical (Jacundá, Pará - Brasil).**

As Ilhas do Maternal formaram-se após o fechamento das comportas de Tucuruí em setembro de 1984, após 206 dias (7 meses), o lago formado inundou uma área de 2.830 km². Durante a construção de Tucuruí foram reassentados aproximadamente 17.319 pessoas que habitavam 11 áreas urbanas e 18 áreas rurais, a única sede de município submersa foi a de Jacundá (PETRERE: 1990: 40). Essa obra federal foi construída de 1975 a 1984, e em setembro desse ano começou a funcionar o primeiro gerador. Segundo Lúcio F. Pinto (1998: 02): “Até recentemente, todos os documentos oficiais diziam que a represa de Tucuruí criara um reservatório com área de 2.430 quilômetros quadrados (o segundo maior lago artificial do Brasil, superado apenas por Sobradinho), acumulando 45,8 trilhões de litros de água (ou 45,8 bilhões de metros cúbicos), compreendendo um perímetro de 5.400 quilômetros. Esses números mudaram significativamente: a área é de 2.875 km² (acréscimo de 445 km², ou 18%), o volume de água alcança 50,3 trilhões de litros de água (quase cinco trilhões a mais, ou 10%) e o perímetro pulou mais de 40%, para nada menos que 7.700 quilômetros (três vezes e meia o percurso de Belém a Brasília). Esses cálculos consideram o nível máximo normal de operação na cota de até 72 metros. Mas o máximo *maximorum* do projeto chega à cota 75,3 metros (embora seja quase impossível que venha a ser atingida).” (grifos meus).

No auge da construção, em 1982, no canteiro de obras de Tucuruí, estavam empregados aproximadamente 30.302 pessoas. O volume de água represada corresponde a 13,1 vezes o da Baía de Guanabara no Rio de Janeiro. O lago tem uma profundidade média de 30 metros. Alguns números citados por Müller (1996: 37-38):

Tabela II - Hidrelétricas

Usina	Área alagada km ²	Potência MW	Volume (x10 ⁶ m ³)	Capacidade de Vertedouro (m ³ /s)
Tucuruí	2.875	4.240	45.500	100.000
Itaipu	1.350	12.600	29.000	61.400
Sobradinho	4.214	1.050	34.100	22.850

Segundo Müller (1996:38), “o maior vertedouro de usinas hidrelétricas brasileiras é o de Tucuruí, edificado em um rio sem barragens a montante, que controlariam os piques de cheias. Esse vertedouro tem uma capacidade de verter dez vezes a vazão média do rio Tocantins, que no local da barragem é de 11.000 m³. Comparativamente a Itaipu, situada a jusante de dezenas de barramentos da bacia do rio Paraná, que o estabilizam, tem um vertedouro capaz de suportar cerca de seis vezes o volume da vazão média.”

Das pessoas que foram expropriadas pelo lago, algumas foram transferidas para o Projeto Pitinga de assentamento com uma área de aproximadamente 3.000 ha; esse projeto localiza-se em uma área de muitos morros, solo ruim e pouca água. Muitos voltaram para as margens do lago.

Desde fins da década de 1970 já estava a cidade de Jacundá quase toda transferida para a Vila Arraia, nas margens do igarapé homônimo; então, Nova Jacundá, que em 1985 recebeu em suas escolas muitas famílias, aproximadamente 300, de desalojados pela formação do lago. Foi a partir do ano de 1986 até 1987, que começaram as ocupações das margens do lago na Açaizal, sendo que mais ou menos 70% dessas pessoas eram expropriados e os 30% restantes são aqueles que estavam sem terra e uniram-se aos expropriados, o que fortaleceu a luta pela terra. Segundo os líderes sindicais entrevistados, “depois da inundação fizemos a colonização na pressão.” referindo-se a oposição da ELETRONORTE em assentar as pessoas. A escritura foi dada pela empresa.

Quando o lago teve os seus contornos formados, formaram-se ilhas no pontos mais altos do relevo, com condições para moradia. O número exato de ilhas não é conhecido, devido a diversidade de tamanho entre elas e o lago ser muito grande. Entretanto, acredita-se que existam aproximadamente 1.660 ilhas.

A ocupação das Ilhas do Maternal começou em 1985. Segundo um entrevistado: “nesse tempo a ELETRONORTE tinha um poder do satanás”, referindo-se a empresa que, segundo alguns: contratou pistoleiros para fazer com que as pessoas saíssem de suas casas, durante a conhecida *Operação Curupira* - que tinha como intuito o salvamento de animais da área de inundação; não indenizou as pessoas e aqueles que foram para área do Projeto Pitinga receberam lotes de 50 ha, quando muitos tinham lotes acima desse tamanho. O nome da localidade, ao que tudo indica, é devido ao fato de ter morado uma parteira naquela área, porém, não pude comprovar isso devido a maior parte dos primeiros moradores não estarem mais nas Ilhas do Maternal. Quanto

à quantidade de famílias das Ilhas do Maternal não consegui precisar, alguns dizem que são aproximadamente 100 famílias.

Configurações

Nas Ilhas do Maternal, os pescadores ficam até 5 dias pescando, geralmente em locais longe de suas casas, ou mesmo duas vezes por semana, isso varia de pescador para pescador.

Compram em média de 100kg de gelo. Pescam de linha e anzol e tarrafa. De rede tipo malhadeira, só quem é “rico”. Após a captura “limpam” o peixe (tirando as “tripas”) para armazenar nas caixas de isopor com gelo.

O período da piracema é de janeiro a março, nessa fase não podem pescar, exceto o Tucunaré, que não faz piracema. A proibição não pune a pesca de linha e anzol, só de rede e tarrafa. Nos meses de proibição eles recebem um seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo por mês, esse dinheiro às vezes é recebido com até 3 meses após o período de piracema, isso segundo os entrevistados.

Quando saem para pescar levam mantimentos, arroz, feijão, enfim, alimentação, é a rancharia, que é realizada em locais de até cinco horas de remo, distantes das casas. O resultado da pesca varia, como dizem alguns, “pesca é loteria”. Pescam de 70 a 80 kg, aproximadamente, isso individualmente, embora possam sair em grupos para pescar. Os peixes são vendidos na Vila de Porto Novo, onde compram o gelo, artigos de primeira necessidade, material para pesca, etc. Porto Novo fica próximo das Ilhas do Maternal e da Açaizal. Dessa vila saem peixes não só da localidade estudada, como também de outras partes do lago, nela há duas fábricas de gelo, uma delas de um vereador. De lá os peixes vão para Belém ou para outras cidades como Goiânia, São Paulo e Fortaleza. Era um dos locais mais violentos de Jacundá, até a Polícia Militar fazer o policiamento na vila.

Nesses períodos, estão inclusos: o serviço diário com o gado; caça ou pesca para a *despesa*, ou seja, só para o consumo da família; fazer algum serviço fora do lote, ou outros pequenos afazeres.

Os pescadores reclamam que os peixes estão diminuindo de quantidade e de espécies. Cada vez mais vão para locais mais afastados atrás de peixes. Acreditam que aqueles que têm muitas redes e barco a motor fazem sobrepesca, inclusive durante a piracema.

Um pescador entrevistado, que mora no Porto Novo, falou que, “aqui é grande demais, o peixe nunca vai acabar, quem diz isso (que os peixes vão acabar), só quer prejudicar os pobres.” Tal resposta já havia escutado, só que relacionada com a exploração de madeira, neste caso escutei de um camponês da Boa União e de um motorista de caminhão que transporta toras de madeira para serrarias.

Escolas

Nas Ilhas do Maternal há uma escola com aproximadamente 70 alunos; esta escola também atende alguns alunos que moram na Açaizal. Os professores não sabem o número exato de alunos devido a evasão escolar e aos que faltam muito às aulas.

As crianças começam a estudar com aproximadamente 10 anos. Sendo que algumas crianças estudam em Jacundá, morando na casa dos pais, de algum outro parente ou de um compadre. Não encontrei nenhum aluno com mais de 18 anos. Isso é atribuído aos gastos em manter os filhos na cidade e em virtude de nas localidades o ensino ir até a 4ª série do 1º grau. Há também aqueles que se contentam com o aprendizado das escolas das localidades, pensam da seguinte maneira, “se vou morar na roça para quê tanto estudo?”.

Migração

Quando migraram para o Pará, à procura de terras, também queriam ficar livres do *ranço* colonial que os impedia de ter terra para viver e construírem seu cotidiano, como exemplo, fazendo um paralelo com a situação colonial no século XX, cito Fanon (1968: 33), quando este autor diz: “Para a população colonizada o valor mais essencial, por ser o mais concreto, é em primeiro lugar a terra: a terra que deve assegurar o pão e, evidentemente a dignidade.” A conquista da terra é o marco inicial para a liberdade e, conforme o autor, para a dignidade.

Ao acreditar na ideologia dos *grandes projetos*, muitos, a partir da experiência de migração para a Amazônia, deixaram de acreditar nas histórias do governo, justamente por não conseguirem a terra *prometida*. Por isso que é necessário lutar para a conquista da terra. Para os donos de empreendimentos privados e para o Estado, aqueles que lutam por seus direitos são encarados como desordeiros e radicais, “nas regiões cujo desenvolvimento foi sustado pelo colonialismo, o campesinato, quando se revolta, aparece logo como a classe radical: conhece a opressão nua, suporta-a muito

mais que os trabalhadores das cidades e, para que não morra de fome, precisa nada menos que de um estouro de tôdas as estruturas.” (grifos meus). Embora este raciocínio de Sartre (1968:06) tenha sido originalmente feito para análise de regiões ainda sob a égide do colonialismo, uso-o para identificar ação dos camponeses na área em estudo, frente ao choque entre os planos estatais e privados no processo de luta pela terra dos camponeses, que conforme Castro (1996: 177), não é somente ter a terra como propriedade:

“No caso da hidrelétrica de Tucuruí era muito mais a posse do que a propriedade que se tentava resolver. O caboclo do interior da Amazônia não tinha por hábito coscuvilhar cartórios para obter uma escritura de terra. Vivendo distante de institutos similares, o posseiro estava satisfeito em viver em paz com os vizinhos e em harmonia com a natureza. Agora esta felicidade está mudando e as amargas experiências compeliram o homem do interior da Amazônia a adaptar-se a uma estranha realidade, como se habitasse em outro país, já que o bom vizinho chamado Brasil impõe um oneroso tributo à natureza.”

A migração para a Amazônia foi forçada e com profunda desorganização de modos de vida, nesse contexto, quando chegam ao Sudeste Paraense sob a *batuta* do poder público federal, os migrantes perceberam, junto com os moradores tradicionais amazônicos, que o Estado privou as pessoas de seus meios de sobrevivência e colocou uma espécie de concorrência por tais meios, principalmente a terra e a água. Isso propiciou a quebra de elos entre a família, o indivíduo e suas comunidades. A cultura tradicional viu-se obrigada a mudar para continuar viva, porém, submetida às condições impostas e, em alguns casos, tendo que concorrer para obter um salário *sobrevivência*. Assim surgem os eufemismos (esvaziamento, desocupação, remanejamento, transferência, remoção, relocação, reassentamento, etc.), “que abrandam o sentido coercitivo das medidas de deslocamento e que buscam, em última análise, torná-los um procedimento naturalizado, tais como, ‘transferência’ - e de termos de sentido direto, sem perífrases.” (ALMEIDA: 1996: 473).

É um fato real de que a ideologia do Estado *ignorou* as populações tradicionais, não foram consideradas as funções econômicas e sociais de camponeses e índios, ao fornecerem matérias-primas para os núcleos urbanos regionais e para a indústria. Para o poder público federal “camponeses e índios são imaginados como praticando uma ‘agricultura de subsistência’ e um extrativismo artesanal, sem qualquer integração com o os circuitos de mercado. São representados como ‘desvalidos’ em oposição a um

deslocamento que é apresentado como uma oportunidade ímpar de se modernizarem.” (ALMEIDA: 1996: 474).

Relacionado aos que deveriam sair, serem deslocados, um entrevistado disse que um funcionário da ELETRONORTE falou o seguinte: “quem quiser vai, quem quiser fica, e *nada*.” A preocupação daqueles que foram expulsos também residia na perda da roça, do *serviço*, que não é mais do que “uma expressão para o *valor de uso particular* do trabalho, na medida que este não é útil como coisa mas como atividade.” (MARX: 1985: 118). O deslocamento compulsório propiciou a tomada de consciência do camponês, que percebeu que o seu trabalho não era “*trabalho abstrato*, mero equivalente de dinheiro, como ocorre com o assalariado. Para o camponês, o trabalho só pode aparecer como *trabalho concreto* no fruto palpável de sua colheita, da atividade de sua família. Uma parte desse fruto é condição direta de sua sobrevivência.” (MARTINS: 1989: 90). Por isso resistiu a sair, pelejou para não perder seu trabalho; pois sem o trabalho concretizado em roças, benfeitorias ... fica privado do que é seu, fica aliado de sua dignidade e de sua condição de cidadão.

“Apossar-se de uma terra, no entanto, não era condição necessária para se ter a roça, sendo freqüente botar a roça e não ter uma terra. Isto porque roça significa o local onde se planta arroz, feijão, e, especialmente, mandioca; e, uma das características da forma de plantio dos colonos, é se utilizar, preferencialmente, de uma área de mata para anualmente botar a roça. (...) A posse da terra, embora geralmente surja a partir do momento em que se bota a roça, implica uma apropriação que se pretende definitiva e de uma área superior à necessária para uma roça, a qual se delimita através de ‘picos’.” (MAGALHÃES: 1996: 710).

A questão ambiental e a diversidade da produção camponesa.

Relacionado à proibição da queima para fazer a roça e a autorização dos fazendeiros para fazer grandes queimadas pagando a autorização do IBAMA, selecionei duas respostas: “Tendo dinheiro não tem meio ambiente”; “Que meio ambiente é esse que só funciona para quem pode pagar? No lago, devido ao controle das águas, não há período de cheia ou vazante, o que acontece é que o nível da água pode ser baixado em algumas reentrâncias do lago e seu fundo (leito) fica exposto

formando um lamaçal cheio de árvores mortas, que prejudica a circulação dos moradores.

A relação entre os camponeses e a natureza, no processo histórico, ocorre de várias maneiras, conforme a sazonalidade, o que não impede a criação de técnicas próprias por parte dos camponeses, para construir os seus espaços de trabalho e de vida, para superarem as adversidades da natureza através do trabalho; a respeito disso, George (1979: 17) nos diz que “as condições físicas, portanto, têm apenas um valor relativo.”

Para que ocorra a construção de seu espaço de vida, o campesinato da área em estudo teve que apropriar-se do solo e da água, daí porque “a natureza da apropriação é, simultaneamente, um fato econômico e social de primeira importância.” (GEORGE: 1979: 18).

Na identificação das paisagens agrárias, as localidades não estão sendo classificadas referindo-se apenas a uma das diversas técnicas - dar-se-ão pela divisão dos lotes; tamanho de roças, pastos, reservas de mata e o sítio ao redor da casa; e, pelos lugares propícios à caça, pesca e rotas de escoamento da produção. Esses procedimentos são os que causam uma grande diversidade de paisagens:

“No carece de interés para el paisaje geográfico distinguir entre una agricultura de subsistencia y una agricultura comercial; pero esta distinción recorta otras, no menos importantes. Los <<recolectores>> no son necesariamente puros <<subsistentes>>; hay <<recolecciones>> comerciales: <<borracha>> y <<castanha>> de Amazonia, copal del Congo, pesca. Los rozadores no siempre son puros subsistentes; en Angola, la producción del maíz comercializado se hace por medio de rozas; y en Brasil, una buena parte de los productos comercializados proviene de roças.” (GOUROU: 1984: 163).

Outro fator que influi na paisagem de duas localidades, é o lago de Tucuruí, e o seu represamento ocorreu de 18 de maio a 06 de setembro de 1984. Esse é um exemplo de que “as relações dos homens com a natureza são indissociáveis das relações que os homens mantêm entre si. Porque não há obstáculo ecológico que não se acompanhe de um obstáculo social, assim como não há força natural que não se imponha a um grupo humano fora do quadro de sistemas econômicos, políticos e simbólicos.” (LEONEL: 1998: XVII). A questão do domínio da natureza faz-se, então, sob a ideologia do “benefício” do progresso.

“06 de setembro de 1984.

Nesta data, o rio Tocantins foi barrado para a formação do Lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Evento histórico, que perpetua a ação do homem no domínio da natureza em benefício do progresso.” (Placa de inauguração, localizada na barragem de Tucuruí).

A questão de proteção ao meio ambiente nas Ilhas do Maternal é mais forte, devido a área do lago ser de proteção ambiental, então, é proibido fazer roças, pastos e criar bovinos. A ação do IBAMA torna inviável qualquer forma de poupança, por exemplo o gado - *não podemos ter uma vaca leiteira para as crianças*. Para o pescador isso prejudica as possíveis melhoras na produção. A proposta de criação da Reserva Ecológica no lago, incluindo todas as ilhas, tem assustado os seus moradores, que temem: ser expulsos do seus lotes; perder a posse do lote, não podendo vendê-lo e, se precisarem sair, de que forma *passar/vender* para outro; a reserva é a grande incógnita para os pescadores, pois desconhecem a proposta e o grande medo, proporcionado pelos boatos, é a perda do lote e a violência que pode acompanhar esse processo, que leva à fome e ao *não ter de comer nem para as crianças*. Esse medo lembra o passado de luta pela terra. Associando ao medo de perder o lote e suas conseqüências, o medo de um *retorno ao passado*, ou seja, voltar a ser um sem terra, cito, analogamente, a preocupação com a fome, existente entre os camponeses franceses às vésperas da revolução francesa de 1789:

“O medo, filho da fome, e cuja as lembranças desenham um terrível espectro, não foi a única causa do Grande Medo, mas a principal ou, como querem alguns, a mais profunda.” (LEFEBVRE: 1979: 38)

Leonel (1998:235) faz a seguinte consideração a respeito da criação de reservas:

“De fato, não se conhece até agora modelo mais eficaz de preservação da biodiversidade do que os parques e reservas. Mas este modelo é o resultado da sociedade industrial, cuja simbologia de ‘progresso’ acompanha-se da fantasia de poder sobreviver separadamente da natureza, reservada ao turismo, à aventura e à pesquisa. Foi o advento da sociedade predatória que obrigou ao sistema de parques.”

A proposta de criação da reserva vem de diferentes pontos. O Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), o STR de Jacundá e outras associações querem a

reserva para assegurar, disciplinar e regulamentar o uso dos recursos naturais dos atuais moradores, respeitando suas ocupações. A proposta do IBAMA/ELETRONORTE é de tirar os habitantes das ilhas, com a justificativa de que a presença dos moradores é prejudicial à conservação da natureza. Os fazendeiros, ao que tudo indica, são contrários a idéia de reserva, devido a impossibilidade de não poderem vender ou comprar madeiras.

Em relação ao uso da floresta - mata, como é denominado nas três localidades, temos a tabela seguinte.

Tabela I - Áreas de Mata

Alq. - ha.	Ilhas do Maternal	
	Abs	%
0,06 - 0,93 - 0,3 - 4,65	04	19
01 - 5,12 - 05 - 29	10	47
06 - 10 - 30 - 59	05	23
12 - 13 - 60 - 75	-	-
18 - 20 - 90 - 100	01	05
30 - 150	-	-
Não	01	05
Total	21	100

Fonte: Trabalho de campo, agosto de 1999.

A localidade que mais tem área de mata neste ponto do município de Jacundá é a Ilhas do Maternal, com 60%, isto em termos proporcionais. Em nenhuma das localidades identifiquei ambientes de igapó. Nas Ilhas do Maternal não estão extraindo a madeira submersa pelo lago.

Pesca

Somente nas Ilhas do Maternal a pesca é feita como atividade econômica principal. Nas Ilhas do Maternal 57% (12 entrevistados) vivem da venda de peixes, 52%

(11 entrevistados) pescam só para "despesa", ou seja, para consumo doméstico e destes 10% às vezes pescam para vender.

A recente situação de pós fronteira, impõe aos migrantes outros hábitos alimentares; davam pouca importância ao pescado, pois privilegiavam a carne bovina ou a de aves. A pesca em reservatório é nova para a maioria dos moradores do lago, que não eram tradicionais pescadores, seus históricos são de camponeses que trabalhavam cultivando o solo ou criando bovinos. Essa tradição camponesa, de origem européia, foi abandonada e cedeu lugar para um campesinato neo-amazônico, oriundo da situação de fronteira. O uso social do lago e do peixe são diferentes do uso do solo, a começar pela questão do resultado da produção que, no solo, tem sua forma conhecida como renda, onde o limite para o camponês de terra firme é a produção daquilo que é necessário para a sua reprodução biológica e social, isto em uma área de trabalho que é de uso não coletivo. Para o pescador-camponês, o processo de renda também tem o seu ideário limitado à satisfação de suas necessidades biológicas e sociais, porém, o recurso hídrico é de uso coletivo, o que causa a sobrepesca. Isso ocorre quando um local é disputado ou usado por pescadores e pela pescaria industrial, então, acabam comprometendo o ambiente lacustre ictiológico; isto é ligado ao fato de que "quando as rendas não são cobradas (ou quando não é possível cobrá-las), pode-se verificar um uso excessivo dos recursos possuídos, como o ar ou os recursos piscícolas." (SAMUELSON & NORDHAUS: 1988: 746).

O lago é de todos e, ao mesmo tempo, de ninguém, por isso ocorre a sobrepesca, pois os prejuízos decorrentes disso não geram um custo privado. Um fato a acrescentar nesse processo, é que a pesca rende pela quantidade capturada, e só; o tempo de pescaria, seus gastos (gelo, materiais, alimentação), o tempo perdido à procura de áreas com cardumes, isso tudo é risco e investimento do pescador. Os locais de pesca não são aleatórios, são pontos pensados, apreendidos através do contato de aprendizagem com a natureza e construído pelos próprios pescadores em sua prática social.

Os pescadores entrevistados das Ilhas do Maternal vendem suas produções diretamente na vila de Porto Novo, vendem sem precisar de atravessadores ou de "geleiros" (aviador de mercadorias para pescador), embora estes existam na área. A localidade é próxima de Porto Novo. Os entrevistados reclamam que o preço do peixe está baixo, sentem isso principalmente quando o total produzido é diminuído dos gastos, por exemplo, para cada quilo de peixe é necessário um quilo de gelo, porém,

compram mais gelo do que a quantidade de pesca que esperam ter, porque o gelo derrete na viagem entre o ponto de compra e o local da pesca, e são transportados em caixas de isopor.

No lago de Tucuruí, ser pescador é ser um neo-amazônida, é estar envolvido em um processo onde se é sujeito-*sujeitante* e sujeito-*sujeitado*, devido estar incluso em um espaço geográfico fruto de um impacto ambiental muito forte e agressivo - transformação brutal da natureza-natural e da natureza-social -, onde existem os valores simbólicos, histórias de vida, etc., dos grupos sociais afetados e/ou modificados pelo processo que formou o lago. Nesse ambiente, não simplesmente ter que recriar, mas aprender técnicas voltadas para o ambiente natural, ou seja, ligadas somente à pesca. Há a não exclusão da capacidade de reivindicação de direitos, existe a luta para recriar uma tradição própria; eles questionam e reagem às transformações que alteram a organização do espaço onde estão assentadas suas territorialidades. Não escolheram viver nas ilhas do lago por inspiração paisagística ou telúrica, mas devido ser o ambiente possível, o que sobrou, uma *brecha* no aparato estatal - a formação das ilhas com possibilidades de habitação -, ocupando as ilhas, lutam para refazerem suas vidas sob novos contextos sociais e naturais de relacionamento.

Ao tornarem-se pescadores, os habitantes do lago não escaparam à tradicional dinâmica de relação social que envolve a pesca na Amazônia. O ambiente natural é novo, mas a base social é antiga, tanto para o pescador quanto para o camponês.

“Os pescadores são também pequenos produtores mercantis, cuja problemática de sua sobrevivência tem pontos semelhantes ao dos agricultores, enquanto classes produtoras de ‘baixa classicidade’, excluídos dos benefícios dos frutos do trabalho, e no tocante às condições de produção, não tipicamente capitalistas onde o parentesco e relações sociais são elementos importantes no processo produtivo. Além disso, para grande parte da população ribeirinha na Amazônia, agricultura e pesca são atividades complementares constituindo a base da economia.” (LEITÃO & MANESCHY: 1996: s. p.)

Quanto ao trabalho anterior, quase todos já trabalharam na agricultura ou pesca, ou em alguma atividade extrativista, e dos 63 entrevistados, 20 pessoas, ou 32% já trabalharam em garimpos (todos homens), como complemento financeiro ou na esperança de enriquecer rapidamente. Nas três localidades, 86% sempre trabalharam

na agricultura, ou seja, a maior parte das pessoas têm um histórico rural, e o patrimônio das famílias começa a se formar a partir da posse da terra através do trabalho familiar.

Para isso houve o processo de luta pela terra, que o movimento social educou e desenvolveu uma consciência social, enquanto vítimas de uma ação do Estado. Nesse contexto aprenderam a se unir, dialogar e resistir; “os seres humanos não reagem ao estímulo da fome ou da opressão através de nenhuma resposta automática ou estandarizada de revolta. O que eles fazem, ou deixam de fazer, depende da sua situação entre os outros seres humanos, do seu envolvimento, sua cultura, tradição e experiência.” (HOBSBAWN & RUDÉ: 1982: 58).

65% dos entrevistados não pretendem morar em cidades, que para eles é o lugar de comércio, de diversão, de informação e do terminal rodoviário; 92% gostam de morar na “roça”, por *costume, hábito* segundo alguns entrevistados. A esse propósito WOORTMAN(1995:316) escreve:

*“Por força do habitus, as pessoas escolhem “livremente” o seu destino. As estratégias que, em seu conjunto, fazem a prática da reprodução não são imediatamente dedutíveis de, nem redutíveis a, regras formais. Elas são produto de uma inculcação de valores e da maestria prática de certos princípios, a partir dos quais se constituem as práticas ‘espontaneamente’ reguladas. Encerrando soluções aparentemente diversas, como a limitação da natalidade, a migração, o celibato, o casamento adequado, o **habitus reúne numa lógica única, a reprodução do todo espacial ao qual o indivíduo se subordina, ainda que não sem conflitos.**” (grifos meus)*

Agroecologia

No que refere-se à cultura permanente as mais cultivados são: manga, cupuaçu, laranja, jaca, caju, banana e acerola. Nas Ilhas do Maternal a variedade de cultivos e a quantidade de produtores são maiores do que nas outras duas localidades. Em nenhuma das localidades as pessoas vivem exclusivamente da cultura permanente, o que há é uma policultura, aqui entendida como o uso em conjunto de culturas anuais (arroz, milho, feijão, mandioca), frutas (silvestres ou plantadas geralmente ao redor da casa, o sítio), pesca e canteiro de hortaliças. Esta agroecologia, que faz uso do conhecimento de produtos da região e estranhos a ela, faz do lote uma área de produção e uso múltiplos, voltada para a cultura do autoconsumo e da auto-sobrevivência.

“Una vez determinados el género y las combinaciones de sus cultivos, el campesino funda sobre ellos la seguridad de su vida; les subordina su habitat y sus costumbres; les asocia unos usos erigidos en leyes, unas creencias y unos prejuicios, todo un folklore rústico. Por ello, abandonar un sistema agrícola no es para el hombre del campo substituir solamente un grupo de cultivos libremente elegidos por otro grupo reconocido como superior. Es romper con todo un pasado y es arruinar toda la herencia de las generaciones próximas o lejanas por las cuales él es lo que es. El sistema agrícola, una vez que ha entrado en lo que se puede llamar el endemismo rural, tiene algo de sagrado.” (FAUCHER: 1953: 20).

Os grupos familiares precisam construir um meio que possibilite a satisfação de suas necessidades aliado aos recursos naturais disponíveis. Isso é construído tendo por base o conhecimento do local, que é cumulativo e é ligado aos aparatos técnicos possíveis. Para Amorozo (1996: 15):

“O processo de domesticação envolve mecanismos genéticos que são colocados em ação logo que o homem seleciona do ambiente natural o material vegetal que irá cultivar - sementes, mudas, estacas. O ambiente de campo agrícola é diferente do habitat natural onde se encontravam estas plantas, e este fato faz com que as pressões de seleção sofridas pelo organismo sejam diferentes das que existem na natureza - por exemplo, geralmente, na natureza, um vegetal tem que competir por nutrientes, água, luz, com outras espécies; num campo de cultivo, a maior competição é com indivíduos da mesma espécie que ele. Também o manejo constante expõe a planta cultivada a pressões de seleção artificiais.”

A agroecologia cabocla faz com que haja uma manutenção da diversidade de espécies no lote, e isso é vital para o auto-abastecimento em famílias camponesas.

Com relação à caça para consumo doméstico, 75% dos entrevistados nas três localidades a praticam, contrariando a proibição do IBAMA. A maioria, 67% tem parentes e/ou compadres nas proximidades das três localidades, isso reforça os laços de solidariedade entre parentes e compadres, a idéia de localidade não faz detrimento dos laços de parentesco comuns na categoria comunidade; 65% são sócios de uma ou mais associações, fazem isso com o intuito de serem reconhecidos juridicamente e para que consigam melhores condições para o escoamento de suas produções. A prática do mutirão, nas três localidades, já foi exercida por 71% dos entrevistados, demonstrando a solidariedade existente nas localidades. O mutirão ocorre sempre que necessário, por exemplo, pode acontecer que em um ano não façam mutirão, e pode acontecer que sim, façam o mutirão, conforme a necessidade.

Para 68% dos entrevistados o poder público, nos diferentes níveis (prefeitura de Jacundá, governos do Estado e Federal), não fez nada nas localidades em que vivem. Isso não significa que eles não valorem os seus espaços de vida, principalmente o Lote. O processo de valoração ocorre quando o lote torna-se o local de moradia, o ponto central da reprodução, exemplo disso é a formação do sítio, pois, este tem plantas frutíferas e medicinais e precisa de um tempo maior que o da roça para ser formado, além da manutenção e limpeza do mesmo. Por isso o local da moradia é onde está o sítio.

O IBAMA e a ELETRONORTE constituem as mais fortes presenças institucionais para os entrevistados e que atuam essencialmente no lago de Tucuruí. Para Leonel (1998: 186):

“O setor energético brasileiro, embora impulsionado por fundos públicos, goza de grande autonomia. Pelas simples razão de que, na visão de mundo do setor, encontra-se apenas palidamente incorporado o conceito de produção de energia como prestação de um serviço social de responsabilidade pública, somada à ausência de mecanismos de controle da sociedade civil. Os critérios de decisão, como os de escolha da localização das represas, são apresentados como determinados pela relação custo/benefício, pela definição técnica da potencialidade energética, sem o necessário equacionamento com o seu impacto sócio-ambiental ou sequer confrontado com alternativas.”

A política energética no Brasil, especialmente na Amazônia, tem a capacidade particular de não produzir somente energia hidrelétrica, produz também impactos ambientais, altamente malignos, “o que é inaceitável é que sob o pretexto de produção de energia ‘limpa’ se dê prosseguimento a uma política autoritária e irresponsável social e economicamente.” (SIGAUD: 1994: 06). Para os criadores, subvencionadores e administradores da política energética, as populações são encaradas como um problema a ser resolvido para a instalação de algum projeto, e é por isso que a perspectiva de ver os *atingidos* como cidadãos é negada.

“É preciso reconhecer que a ‘população atingida’ é constituída de cidadãos brasileiros ou de povos indígenas que têm o direito de ser respeitados. O reconhecimento dos direitos dos cidadãos brasileiros e dos povos indígenas deve ser incorporado ao planejamento e à tomada de decisões, mesmo que essa opção implique na redução dos programas de geração de hidreletricidade e na busca de outras alternativas energéticas e de uma política industrial ajustada aos interesses da maioria.” (SIGAUD: 1994: 12).

Entre os entrevistados, 43% acham que é correto a intervenção do IBAMA e ELETRONORTE para coibir a ação do grande proprietário, que derruba muita floresta para fazer pastos; para o pequeno, que faz roça menor, pesca em menor quantidade e às vezes caça para comer, a prática não é predatória, e os entrevistados discordam da ação dos órgãos.

Os camponeses da localidade estudada têm uma grande característica definidora de sua reprodução, que é a diversidade da produção, voltada primordialmente para o auto-consumo. Isso, em um primeiro momento, pode significar atraso social e econômico, mas é só uma aparência, a essência disso é o conhecimento, baseado na história de vida, do que o “progresso” “e a quebra de harmonia com o meio, com os outros seres, é o antropocentrismo acompanhado da perda de autonomia dos núcleos produtores e do abastecimento dependente do mercado.” (LEONEL: 1998: 225).

Os camponeses *sentem* que o seu desenraizamento é uma das diversas condições para serem mão-de-obra necessária à acumulação primitiva, e ao negarem essa condição/possibilidade fazem resistência em favor da condição camponesa, enquanto classe social.

“Sem dúvida, existe um problema fundamental na utilização da teoria marxista das classes sociais. Frequentemente, nesta utilização, a esfera da produção é privilegiada, isto é, a infra-estrutura como determinante, enquanto a política é relegada ao plano longínquo da super-estrutura, como um simples reflexo. (...) As classes não se constituem em si, nem mesmo para si, mas para as outras. A grande polêmica a propósito da ‘consciência de classe’ não pode em nenhum caso ser corretamente interpretada enquanto ‘autoconsciência’, pois são as consciências recíprocas das classes e entre elas que irão, em definitivo, desaguar na ‘consciência de classe’. E este movimento de re-conhecimento é, sem dúvida, o espaço da política.” (OLIVEIRA: 1987: 11-12).

Para os camponeses entrevistados, o que se poderia imaginar como “ascensão social”, na realidade é ter conforto material, ou seja, a satisfação de suas necessidades, então essa “ascensão” social traduz-se como garantia de reprodução social sem problemas, isso inclui a conquista de objetos como o rádio, a moto-serra, o barco à motor e/ou pagar as despesas com a educação dos filhos. Parece ser simples, porém, na realidade dos entrevistados não é. A idéia de classe faz-me pensar a respeito de

como é a situação de cada camponês dentro da classe a que pertence, isso porque muitos, com trajetórias de vida parecidas, têm no decorrer do tempo condições materiais distintas, uns vivem *bem* e outros na *pobreza*.

Percebo que nesses casos o acúmulo de bens no lote é diferente, alguns têm mais outros têm menos, os referenciais para entender isso residem no tempo de trabalho, característica física do lote, dinamismo pessoal, relacionamento de vizinhança e o *status* dentro do grupo, mas só isso não explica; e ambos são da mesma classe e não são antagônicos. Acredito que o relacionamento entre as classes e o processo que as estrutura, propiciam relações diferentes entre indivíduos da mesma ou de diferentes classes, isto é, as estruturas agrárias.

“Las estructuras agrarias son complejos socioeconómicos que resultan de la combinación de varios factores entre los cuales tenemos principalmente, las formas dominantes de propiedad y tenencia de la tierra y las relaciones de producción en el campo.” (STAVENHAGEN: 1969: 82).

Sob o mesmo problema, e com a perspectiva de resposta baseada na estrutura de classes, Archetti e Stölen (1975:156) escrevem o seguinte:

“La estructura de clases depende del sistema económico y, para el campo en particular, de los tipos de economía predominantes y de las relaciones sociales que dentro de cada una de ellas establecen los actores sociales.”

Então a diferenciação interna é o resultado do contato, da relação individual com outras classes sociais, que podem proporcionar uma estratificação dentro de uma classe ou grupo social; novamente recorro a Stavenhagen (1969:41).

“Las clases son incompatibles unas con otras, es decir, se excluyen mutuamente, pero no sucede lo mismo con los estratos de diversos sistemas de estratificación. Esto significa que un individuo puede tener diversos status en la sociedad, participar en diversas estratificaciones, en tanto que sólo puede pertenecer a una clase. (Lo cual no niega la posibilidad que tiene un individuo de cambiar de clase, o siendo miembro de una clase, de identificarse conscientemente con otra; por ejemplo, el caso de los líderes revolucionarios del proletariado o del campesinado que tiene su origen en la burguesía).”

A diferenciação interna entre os lotes ocorre como fruto do trabalho (historicamente marcado na paisagem do lote e na memória das pessoas), o que ocorre sob novas bases históricas fundadas nas tradições dessas pessoas, tradições que não são a mera repetição de atos, são frutos de relações sociais.

“Quando se trata de tradições, a autoridade é feita, não somente a priori social, mas ainda do a posteriori social; não somente da obscuridade de pensamentos, mas da antigüidade e da veracidade dos acordos humanos.”
(MAUSS: 1979: 198).